



ENTREVISTA DA SEMANA
Virginia Mendes
Primeira-Dama de Mato Grosso
"O nosso maior anseio é que as pessoas deixem de depender de auxílios" Pág. 3



OPERAÇÃO CARTÃO POSTAL

Esquema desviou mais de R\$ 87 milhões da saúde em Sinop



Foto: Reprodução

Investigações da DECOR e do NIPO desbaratou grupo que teria fraudado licitações e serviços na Secretaria de Saúde de Sinop

Pág. 5

LOGÍSTICA E TRANSPORTES



Foto: Mayke Toscano/Soccom-MT

Obras contratadas pela Nova Rota do Oeste para duplicar a BR-163 já somam R\$1,1 bilhão

A Nova Rota do Oeste já contratou R\$ 1,1 bilhão em obras de infraestrutura a serem executadas no trecho sob concessão da BR-163/MT. Este valor supera em oito vezes que o que era investido por ano quando a rodovia estava sob controle da iniciativa privada.

Sob gestão da MT Par, em apenas 150 dias, os investimentos na infraestrutura da BR-163/364 e rodovia dos Imigrantes (BR-070) se multiplicaram exponencialmente. [Leia mais na página 4](#)

PEDIDO NEGADO

STJ nega pedido do MPMT e mantém Emanuel Pinheiro no cargo de prefeito de Cuiabá



Foto: Soccom Cuiabá

Procuradores do Ministério Público estadual tentavam derrubar decisão anterior do mesmo Tribunal que havia reformado medida do TJMT que determinava o afastamento do prefeito das suas funções

Pág. 5

FOCO NO LEGISLATIVO

Presidente do PSB diz que eleger bancada forte de vereadores em Cuiabá é prioridade



Segundo o deputado Max Russi, nesse momento, não há preocupação do partido com candidatura própria à prefeitura da capital - Pág. 5

INJUSTIFICÁVEL

Presidente da Câmara Municipal de Várzea Grande ignora procuradoria da casa e gasta R\$ 540 mil sem licitação

Pág. 7

CHARGE DA SEMANA



Grandes estratégias de marketing merecem um veículo multimídia mais eficiente



Sua mídia ao alcance do seu público alvo. Anuncie com a gente!

Antonio P. Pacheco
Jornalista, poeta e escritor,

“**Contando apenas os enfrentamentos entre os hebreus e os cananeus, filisteus e os árabes mais modernamente chamados de 'palestinos', já são mais de três milênios que vários povos reivindicam em guerras encarniçadas o domínio da região chamada de cananeia na antiguidade e de palestina ou de Israel na atualidade.**”

Cananéia: As raízes da Guerra Árabe-Israelense

Para entender a guerra Árabe-Israelense é preciso compreender a sua origem histórica e ir até as raízes dos dois grupos étnicos que disputam a posse de Cananéia, o território do Vale do Rio Jordão, a Terra de Canaã bíblica, depois chamado de “Palestina” pelo Império Romano.

A ciência já demonstrou e a história comprova, que o território de Canaã é disputado há pelo menos 10 mil anos por diversos povos. Ou seja, nunca houve, de verdade, um povo que seja autóctone da região. Portanto, nenhum povo pode evocar para si, direito natural, direito ancestral, de posse da região.

Mas, qual era a origem dos povos que “brigavam” pelo território no passado e que seguem em disputa ainda hoje? Os registros escritos mais antigos indicam que, por ocasião do reinado de Amenemete III, faraó do Egito, entre 1860 a.C. e 1814 a.C., Abraão, considerado o patriarca do povo Judeu, visitou o faraó vindo das terras de Canaã, ou seja, a Cananéia, que havia percorrido com sua tribo e onde tinha conhecido os povos que por ali também pastoreavam e habitavam em pequenos agrupamentos.

Já no reinado do faraó Ramsés II, entre os anos de 1279 a 1213 a.C., o povo hebreu terminava um período de 400 anos sob escravidão no Egito. Liderados por Moisés, os hebreus iniciaram um êxodo de regresso à Cananéia, já sabendo que teriam que lutar para se reasentarem na região. Nesse período, a Terra de Canaã, havia passado ao domínio de tribos originárias do Líbano, da Síria, da Jordânia e do Egito, povos que eram chamados de Cananeus, Jebuseus, Ferezeus, Heteus, Horeus, entre outros, e também pelos Filisteus, que era um povo originário do oeste, ou seja, do continente grego/italiano, das ilhas de Creta, Chipre e até mesmo de Anatólia na Turquia. Estes pois, seriam os “colonos” primitivos na região.

É importante registrar que os Hebreus (hoje chamados judeus israelitas), por sua vez são oriundos de uma tribo cujo primeiro registro de aparição ocorreu na Mesopotâmia (mais especificamente na região do Vale de Ur, onde hoje é o Iraque). No entanto, a origem real do povo hebreu pode ser ainda mais remota e estar vinculada à regiões mais ao leste ou ao norte, já que era uma tribo nômade, com hábitos culturais e traços físicos bem distintos dos povos Sumérios e Caldeus, então seus vizinhos mais próximos quando se registrou historicamente sua existência.

Assim, no terço final dos anos de 1200 a.C. temos os Hebreus, libertos da escravidão no Egito, atravessando o Rio Jordão, se espalhando novamente pela Terra de Canaã e, óbvio, entrando em conflito com os colonos ali já estabelecidos. É aqui, portanto, que histórica e sociologicamente se situa, de fato, o início do conflito árabe/hebraico cujas ondas chegam aos dias atuais.

Ou seja, contando apenas os enfrentamentos entre os hebreus e os cananeus, filisteus e os árabes mais modernamente chamados de 'palestinos', já são mais de três milênios em que vários povos reivindicam em guerras encarniçadas o domínio da região chamada de cananeia na antiguidade e de palestina ou de Israel na atualidade.

Inicialmente eram os Cananeus, tribos árabes 'miscigenadas' com vários outros povos e os filisteus, tribos do antigo continente europeu que disputavam a área com outras tribos até a chegada na região dos hebreus, um povo nômade vindo do leste, do Vale de Ur dos Caldeus. Ninguém era, de fato, autóctone do território compreendido pelo Vale do Rio Jordão e seu entorno.

Hoje, os árabes 'palestinos', que se consideram “herdeiros legítimos” dos antigos cananeus, exigem a posse do território. A mesma reivindicação é feita pelos judeus-israelitas de várias nacionalidades com base nos mesmos princípios equivocados de um “direito de herança” que nunca existiu. Os dois povos são, na verdade, colonizadores em um território geograficamente estratégico

do ponto de vista militar e político e que usam como arma de propaganda um discurso permeado de mitologia religiosa na tentativa de justificar suas reivindicações de posse.

É fato concreto histórico que em torno de 5 mil anos atrás os colonos hebreus, que depois vieram a ser chamados de israelitas, derrotaram os cananeus e filisteus em sucessivas guerras que duraram séculos e conquistaram todo o território onde se estabeleceu, por volta de 1500 a.C., o estado primitivo de Israel.

Também é fato concreto histórico, que a posse da região pelos hebreus/israelita, porém, nunca foi pacífica e nem efetivamente consolidada politicamente. Entre a conquista de Canaã por Josué – tida histórica-

mente como o “ponto zero” da posse de Israel sobre Cananéia - e a invasão romana em 37 A.C., os hebreus foram derrotados pelos Egípcios, pelos Babilônios, pelos Assírios e, a cada derrota militar, eram desterrados, escravizados e mantidos longe da terra Cananéia por longos períodos.

A última grande derrota dos hebreus-israelita veio mesmo com a chegada do Império Romano ao Oriente Médio. Massacrados pelos romanos e definitivamente espalhados pelo mundo em 76 d.C. poucos hebreus conseguiram permanecer na região, assim mesmo, divididos internamente e seguindo sendo controlados pelos romanos e árabes que se sucederam no domínio militar, político e econômico do território. Sem outras ondas de resistência pelos hebreus da diáspora nos séculos seguintes, os árabes acabaram por se impor pela supremacia populacional na região. Esse domínio se estendeu por nada menos que 1.860 anos.

Foi o advento do fim da II Guerra Mundial em 1945 que abriu uma porta de oportunidade para que os Hebreus/Israelitas espalhados pelo mundo voltassem a reivindicar o direito de constituir sua Nação no território do vale do rio Jordão, a Terra de Canaã, já então comumente referenciada como “Palestina”.

Uma bem articulada ação política e diplomática, cujos líderes foram figuras como David Ben-Gurion, Yitzhak Ben-Zvi, Golda Meir, Chaim Weizmann, Levi Eshkol Shkolnik, Moshe Sharett, Menachem Begin entre outros, aliada a um audacioso ataque militar, promoveu a declaração de independência de Israel e garantiu a reentrada em massa do povo hebreu de volta na região entre 1946 e 1948.

Negociações levadas a cabo na ONU consolidou a reocupação de parte do território pelos agora chamados de judeus israelitas com a aplicação da chamada “Solução dos Dois estados”, em que os árabes ficariam com a Faixa de Gaza e a Cisjordânia e os hebreus-israelitas com a outra parte do território.

O problema é que os árabes 'palestinos', apoiados pelos Sírios, Egípcios, Libaneses e Jordânios não aceitaram a proposta da ONU e declaram Israel como inimigo digno de extinção. Em 1948, logo após o reconhecimento do Estado de Israel pela ONU com o lançamento da resolução que determinava a criação também do Estado da Palestina, os árabes atacaram em conjunto a região. O já bem preparado exército israelita não apenas rechaçou os ataques como avançou suas tropas sobre Gaza, Cisjordânia e assumiu o controle militar integral de todo o território. No acordo para acabar com a guerra, os egípcios conseguiram ficar então com a posse de Gaza.

Em 1965, estourou a Guerra dos Seis Dias, tendo de um lado, os exércitos do Egito, Síria, Jordânia e Iraque apoiados por várias outras nações árabes, e do outro os israelitas, agora apoiados pelos americanos, pelos europeus e demais países aliados na II Guerra. Em um movimento de autodefesa fulminante, os israelenses derrotam os exércitos árabes e passaram a controlar a Península do Sinai, a Cisjordânia, Gaza, Jerusalém oriental e as colinas de Golã. Em 1978, os israelitas assinaram um acordo de paz com os egípcios e devolverem o controle sobre a Península do Sinai, mas manteve o controle sobre todas as demais regiões ocupadas.

Com os demais países fronteiriços, não houve nenhum avanço nas negociações desde a Guerra dos Seis dias, permanecendo até hoje Israel com um rígido controle militar nas fronteiras com esses países e sobre os territórios ocupados, alimentando os intermitentes, mas frequentes, combates com militantes árabe-palestinos e com os vizinhos sírios, jordanianos e libaneses.

Antonio P. Pacheco

é jornalista, poeta e escritor, pós graduando em Literatura Brasileira, apaixonado por história e geopolítica

Sugestão de Leituras complementares:

“Êxodus”, URIS, Leon, São Paulo, Ed. Abril Cultural, 1981.

“O primeiro estado de Israel”, MENDONÇA, Elcio Valmir Sales de, São Paulo, Ed. Recriar. Ebook.

“Israel x Palestina – 100 anos de guerra”, São Paulo, Ed. EdiPro, 2017.

“Israel e Palestina: um ativista em busca da paz”, BASKIN, Gershon

Trad.: Francisco Araújo da Costa. Introd.: Christian Dunker, São Paulo, Editora Hedra, 2021.

EDITORIAL

Industrialização já

O estado de Mato Grosso foi responsável, sozinho, por 21% de toda a riqueza produzida pelo agronegócio no Brasil em 2022. Com uma produção que gerou R\$ 175 bi dos R\$ 830 bi somados pela produção nacional, o estado segue líder isolado na geração de renda no setor. Os dados são da pesquisa sobre Produção Agrícola Municipal (PAM) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A pesquisa mostrou que a produção de Mato Grosso sofreu uma redução no valor gerado em torno de 6% em relação ao ano de 2021, quando o setor foi responsável por 30% da riqueza gerada pelo agronegócio no Brasil.

Também são mato-grossenses nada menos que seis dos 10 municípios brasileiros com os maiores valores de produção agrícola no ano passado. O município de Sorriso (420 km de Cuiabá), lidera no estado com uma produção recorde que gerou nada menos que R\$ 11,5 bilhões. Deste total, a soja segue sendo a cultura que mais produz renda, com o faturamento de R\$ 5,8 bilhões.

Os municípios de Campo Novo do Parecis, com R\$ 8,15 bilhões e Sapezal, com R\$ 8 bilhões ocupam a segunda e terceira posição entre os campeões em produção do agro em Mato Grosso.

A importância econômica do agronegócio é visível e se torna mais compreensível diante desse tipo de pesquisa. Os números, por sua vez, apontam para a fragilidade da sustentabilidade do atual modelo econômico do estado, lastreado quase que exclusivamente na produção de matéria-prima destinada ao mercado internacional.

Economistas avaliam que, no médio e longo prazo, é fundamental que Mato Grosso reestrua os fundamentos de sua economia agregando valor industrial e comercial aos produtos primários que produz, como a soja, o milho, o algodão e as carnes. Do contrário, não so-

“**O fato é que o Governo de Mato Grosso ainda não fez o dever de casa de apresentar à sociedade um plano de desenvolvimento que promova, de forma consequente e ágil, a superação dos desequilíbrios regionais, fortaleça e diversifique as estruturas produtivas do estado e assegure estabilidade na geração de riqueza e renda para a maioria da população**”

breviverá à uma mudança mais brusca no ritmo da demanda pelas commodities aqui produzidas.

Cidades como Sorriso, Lucas do Rio Verde e Primavera do Leste já vem empreendendo esforços para ampliarem a presença de indústria diversificadas e do comércio e serviços em seu território. Alguns estudos já mostram que em Sorriso, por exemplo, já está em curso esse movimento de fortalecimento e diversificação das suas bases econômicas.

Outro aspecto importante que é preciso destacar é o das ações do estado necessárias para que as riquezas geradas pelo agronegócio impactem de forma efetiva e positiva na qualidade de vida e no desenvolvimento de todo o estado. O fato é que o Governo de Mato Grosso ainda não fez o dever de casa de apresentar à sociedade um plano de desenvolvimento que promova, de forma consequente e ágil, a superação dos desequilíbrios regionais, fortaleça e diversifique as estruturas produtivas do estado e assegure estabilidade na geração de riqueza e renda para a maioria da população.

Por enquanto, vemos o Governo Estadual atuando apenas como um observador no processo de expansão das riquezas produzidas aqui. Riquezas que, infelizmente, estão concentradas nas mãos de grandes traders, conglomerados empresariais e de poucas famílias que controlam todas as cadeias da produção de commodities.

Para Mato Grosso deixar de ser um estado rico que produz cada vez mais pobres nas periferias das suas cidades, será preciso que os governantes (Executivo e Legislativo à frente) assumam o seu papel de planejador e orientador do desenvolvimento econômico local. Ainda não é tarde para que isso ocorra. Basta que o governador assim deseje.

Maykom Milas

EXPEDIENTE

copopular.com.br

DIRETOR
Maykom Milas

DEPTO COMERCIAL
3052-6030 / 3052-6031

DIRETORA FINANCEIRA
Thayla Moraes

FOTOS
Assessoria e divulgação

EDITOR DE ARTE
Kleber Simioni

CHARGE
Fred

PAUTA
redacaocopopular1@gmail.com
admcpopular1@gmail.com



CIRCULAÇÃO
Cuiabá, Várzea Grande e baixada

Cuiabá-MT - CEP: 78.048-487
Rua I, Nº 105, Edifício Eldorado Hill Office, sala 24 - Alvorada

PINGA FOGO



Abuso de poder

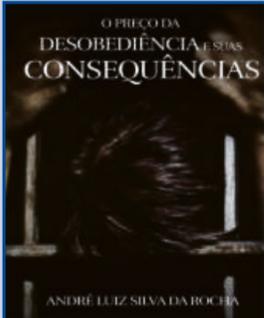
O juiz Wladimir Perri, da 12ª Vara Criminal de Cuiabá, está sendo investigado pela Corregedoria do Tribunal de Justiça por prática de abuso de poder no exercício do cargo. O abuso de autoridade ocorreu no dia 29 de setembro e ganhou grande repercussão na internet. Durante uma audiência, a mãe de uma vítima de assassinato foi colocada frente a frente com o assassino do filho. A mulher, questionada pelo advogado do réu, disse que o assassino não era ninguém para ela, o que levou o defensor a iniciar uma discussão com ela. O juiz, que já havia dado sinais de irritação e descontrole, decidiu encerrar a audiência e a mulher reclamou, momento em que Wladimir Perri determinou a prisão dela por "desacato". O procedimento contra o juiz deve durar 140 dias está tramitando em sigilo.

Advogado do diabo



O senador Wellington Fagundes (PL) vem fazendo papel de 'advogado do diabo' ao defender o ex-presidente Jair Bolsonaro de críticas. O senador liberal se doeu por Bolsonaro depois que o governador Mauro Mendes (União Brasil) disse à jornalistas que não há comparação entre a atenção que o governo do presidente Lula vem dando à Mato Grosso e o período de "seca" de investimentos federais durante a gestão do ex-capitão. Para o senador, Mendes "não tem do que reclamar" de Bolsonaro. "Welton" só não disse em que o ex-capitão teria favorecido Mato Grosso. Já a lista de investimentos do atual governo Lula no estado só cresce a cada dia. Afíca difícil, senador!

Leitura fundamental



Uma leitura que devia ser obrigatória para adolescentes e adultos é o livro "O Preço da Desobediência e suas Consequências", obra autobiográfica de André Luiz Silva Rocha. O livro conta como o autor, na adolescência en-

trou no mundo das drogas e durante dezenove anos de sofrimento, dentro das penitenciárias do Estado de Mato Grosso sofreu todas as consequências das decisões erradas que tomou, aprendendo pela dor e sofrimento as lições que seus pais tentaram lhe ensinar pelo amor. Um livro para transformar vidas, com certeza.

Juntado cacos



Eleito presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), Leonardo Bortolin (MDB), prefeito de Primavera do Leste, já percebeu que terá que juntar os "cacos" da disputa feroz que travou com Neurlan Fraga pelo comando da entidade. Bortolin declarou que sua missão prioritária será atrair de volta para a AMM os prefeitos que abandonaram a associação nos últimos anos ou que se afastaram durante a disputa eleitoral. Atualmente, dos 141 prefeitos mato-grossenses, 12 estão desfilados e pelo menos outros 40 deram as costas para entidade, magoados com a "guerra" entre Bortolin e Fraga. "Quanto mais municípios filiados, mais força teremos. Tenho o compromisso de, até o final do ano, alcançar 100% dos municípios filiados na AMM", anunciou. Está anotado, prefeito, mãos à obra!

"Cavalo de Troia"



O senador Mauro Carvalho (UB) apresentou projeto de lei no Senado em que propõe que o Governo Federal deixe de cobrar FGTS e Contribuição Previdenciária sobre a remuneração paga a aposentados que forem contratados formalmente por empresas privadas e públicas. Segundo o senador, essa seria uma forma de reinserção de idosos no mercado de trabalho. O problema é que o projeto, na avaliação de entidades de classe e especialistas em mercado de trabalho é um típico "Cavalo de Troia", pois traz embutido o efeito negativo de reduzir oferta de empregos para a população mais jovem que está buscando o primeiro emprego e para aquela faixa etária acima dos 40 anos que ainda está longe de se aposentar. Para o Governo Federal, o projeto do senador mato-grossense já nasceu fadado ao veto se for aprovado. Salvo se for modificado, e muito, nas comissões do próprio Senado.

VIRGINIA MENDES

Bacharel em Economia e Primeira-Dama de Mato Grosso

"O nosso maior anseio é que as pessoas deixem de depender de auxílios"

Foto: Assessoria



A bacharel em economia Virginia Raquel Taveira e Silva Mendes Ferreira é cuiabana, de família humilde e com uma história de vida marcada pelos grandes desafios e superações dignas de romances.

Ela tem se destacado diante da sociedade mato-grossense, no entanto, muito mais por seu engajamento em causas sociais do que em função do lugar de poder e influência do seu marido, o empresário e político Mauro Mendes Ferreira, o atual Governador de Mato Grosso. Para os admiradores de Virginia Mendes, o título de "Primeira-Dama" que lhe confere o fato de ser casada com o Chefe do Executivo Estadual tem menos importância do que a sua presença sempre disposta e aguerrida nas frentes de luta e ações de defesa das famílias, dos jovens em situação de vulnerabilidade social, dos povos indígenas aquelas voltadas à assistência social, educação e saúde. Nesta entrevista exclusiva – e rara – concedida ao jornalista Antonio P. Pacheco, Virginia Mendes fala sobre sua relação com os povos originais de Mato Grosso, como surgiu e o que representa o programa SER Família, sugerido por ela e aplicado pelo Governo do Estado e que engloba todas as políticas sociais do executivo Estadual, bem como aborda questões como sua relação com a política e com as redes sociais, os desafios e o legado da administração da atual gestão.

“Temos muito ainda a fazer e projetos para sair do papel. Vamos trabalhar com muita energia para que todos sejam executados.”

Antonio P. Pacheco | Especial para o CO Popular

CO Popular - A senhora tem se dedicado com especial carinho aos povos indígenas neste segundo mandato do seu esposo, Mauro Mendes, como governador de MT. O que levou a senhora a aprofundar o olhar de cuidado para essa população?

Virginia Mendes - Só corrigindo, tenho atuado nos projetos sociais com os povos indígenas desde o primeiro mandato do governador Mauro Mendes, quando ele assumiu em 2019 o Governo. Sempre tive uma grande admiração por nossos irmãos indígenas, pela cultura e o anseio de poder fazer algo por eles é algo que sempre quis. Graças a oportunidade que a situação de estar como primeira-dama do Estado me concede, posso atuar de maneira mais forte com políticas públicas que de fato faça diferença na vida deles, porque essa é a verdadeira missão de servir, algumas pessoas podem até dizer que é uma obrigação, concordo, mas é preciso ter o olhar de que o momento é para total atenção e trabalho. Em 2019 visitei algumas aldeias e conseguimos desenvolver projetos muito importantes, um deles foi a perfuração de poços nas aldeias indígenas, e esse trabalho se estendeu. Era um programa que existia no Estado desde 2015, porém só foi colocado em prática quando Mauro assumiu em 2019. Somente no território da aldeia Umutina foram perfurados cinco poços, agradeço de coração o presidente da Metamã, Juliano Jorge e o nosso querido superintendente de Assuntos Indígenas, Agnaldo Santos pela atenção aos projetos que trabalhamos, e ao governador Mauro Mendes que apoia todos os projetos, isso é fundamental para o sucesso. Além dos poços, temos a reforma da balsa da aldeia localizada no Xingu, o único meio de travessia que dá acesso à aldeia Metuktire, foram investidos R\$ 1,26 milhão por meio da Sinfra. Recentemente, estive juntamente com o governador Mauro Mendes, a secretária da Setasc Grasielle com as equipes da Setasc e Unaf, Defesa Civil e Corpo de Bombeiros e Segurança Pública, na aldeia Santa Clara em Campinápolis, após o local ser atingida por um incêndio de grande proporção, não pensei duas vezes ao fazer a mobilização de tudo o que eles precisavam na emergência. Eu poderia falar por horas do meu carinho e projetos, como acontece com o programa SER Família Indígena em total atendimento aos nossos irmãos, antes eles não tinham cadastro social no Governo, agora eles têm e são atendidos com respeito que merecem, temos muito a fazer ainda, mas podemos comemorar as conquistas. E o título de madrinha que recebi deles não posso decepcioná-los, e como sempre digo. Eu tenho uma alma indígena e amo meu povo.

CO Popular - Como nasceu o principal programa social do Governo do Estado SER Família? O que inspirou a senhora nesta ideia tão importante?

Virginia Mendes - Esse programa nasceu no meu coração. Primeiro é preciso entender o significado da sigla SER – Superação; Esperança e Respeito, e Família que é uma base importante na vida de todo ser humano, mesmo que com o passar dos anos alguns valores tenham sido deixados de lado, a família é algo sagrado, como cristã acredito na instituição Família. Para resumir, o programa SER Família veio para dar além de um auxílio financeiro a garantia da dignidade que as pessoas em situação vulnerável precisam. O Ser Família contempla os programas: SER Família Criança; SER Família Idoso; SER Família Inclusivo e o SER Família Indígena. Todos eles com repasse de R\$ 220 a cada dois meses, às famílias inscritas no CaDÚnico com renda per capita de até R\$ 105, além de outras ações oferecidas por cada um deles. Além dos programas citados, o SER Família ainda contempla o SER Família Mu-

lher, com auxílio de R\$ 600 às mulheres vítimas de violência doméstica sob medida protetiva com renda de até 1/3 do salário mínimo. O SER Família Mulher é hoje referência nacional e serviu de base para o auxílio-aluguel sancionado pelo Governo Federal.

CO Popular - Sabemos que um dos mais complexos problemas do Brasil hoje é a concentração de renda, Mato Grosso vive isso de forma gritante, com uma produção bilionária no agronegócio, mas uma grande massa de famílias em grave situação de pobreza. Programas como o SER Família são a única solução ou o governo estadual pode fazer mais para corrigir essas distorções e quais seriam as outras medidas.

Virginia Mendes - O Governo do Estado já implantou uma alternativa para que as famílias em situação de vulnerabilidade social e financeira tenham oportunidades. Todos os programas ligados ao SER Família têm a condicionalidade das famílias inscritas fazerem cursos de capacitação profissional de forma gratuita por meio do maior investimento de qualificação do Governo de MT, que também tive a oportunidade de idealizar, o SER Família Capacita, com mais de 50 mil vagas e 75 tipos de cursos de qualificação nos 141 municípios. O nosso maior anseio é que as pessoas deixem de depender de auxílios e consigam se estabelecer financeiramente, por isso os cursos de qualificação são tão importantes. Recentemente, o Governo de MT assinou um TAC com a iniciativa privada para que as pessoas qualificadas por meio do SER Família Capacita e inscritas no CadÚnico tenham acesso às vagas de grandes empresas. Tenho certeza que esse é um grande passo para que mais pessoas tenham oportunidade, o trabalho dignifica o ser humano.

CO Popular - No primeiro mandato do governador Mauro Mendes se falou muito pouco da senhora como alguém politicamente influente no grupo que está no Governo. No entanto, a senhora sempre participou ativamente dos debates políticos internos sobre candidaturas no grupo a qual pertence. Conta pra gente como surgiu essa dona Virginia militante política influente?

Virginia Mendes - Bom, eu sempre gostei de participar mesmo que de maneira tímida dos bastidores políticos. Como todas as coisas novas levam um pouco mais de tempo, no início do mandato de governador Mauro eu precisava ter conhecimento de muitas coisas, mas olhando para trás até que não demorou muito, porque tenho comigo pessoas maravilhosas que estão ao meu lado desde a época da prefeitura, isso ajuda muito. Essa Virginia sempre existiu (rs), eu acredito que quando trabalhamos com seriedade e compromisso é natural que a gente conquiste a confiança das pessoas, a no decorrer da minha vida eu sempre priorizei ser leal e transparente, esse é um fator que pode ter me tornado "influente" como vocês estão colocando. Agradecer as orações e os presentes que recebo, além de todo carinho. Enquanto empresária, mesmo antes do Mauro entrar para a política sempre fiz trabalhos sociais. Por outro lado, tem a minha relação com meu marido, sempre fomos muito próximos e confiantes um do outro, então eu meio que não tinha muito para onde ir, é uma situação inevitável, e mais que isso, como sempre sonhei muito com ações de políticas públicas que proporcionasse melhorar a vida das pessoas que realmente precisam, essa era a chance que eu tinha de colocar em prática os projetos que eu tinha em mente, isso também pode ser um fator. Há quem diga que nós estamos usando a política, eu falo de outra forma, estar

em uma condição na política é a chance que temos de servir o cidadão da maneira correta e entregar resultados. Eu não tenho cargo público, sou voluntária e como tudo o que sempre fiz em minha vida, e se a minha missão é me doar e servir o próximo podem ter certeza que farei o melhor possível.

CO Popular - Ainda na seara política: qual será, do seu ponto de vista, o grande legado de administração Mauro Mendes como governador de Mato Grosso? Serão as obras físicas ou será a mudança de paradigma no modelo de gestão "empresarial" que ele implantou no estado?

Virginia Mendes - Olha, o Mauro é um homem visionário e além do seu tempo, ele fez o que muitos governadores não fizeram, pegou o Estado quebrado e fez a revolução de 30 anos de atraso. No meu ponto de vista ele está plantando as sementes de uma nova cultura para o nosso povo. Se ele pensa em trazer investimentos para o Estado, ele já pensa que é preciso ter uma estrutura para receber, para atrair o investidor, logo é preciso capacitar mão de obra e por consequência fortalecer os prestadores de serviços, mas o olhar empreendedor dele é forte, ao mesmo tempo muito sensível. Além de todo esse olhar focado no desenvolvimento econômico sustentável, ele vai deixar um MT pronto para que os próximos governantes continuem a investir.

CO Popular - Como atuante e importante colaboradora voluntária do Governo do Estado, quais são na sua opinião, as principais metas que o governo precisa alcançar na área social nos próximos três anos para fazer a diferença e marcar história? Virginia Mendes - Nós temos dois grandes programas sociais, o SER Família Capacita, idealizado por mim, uma parceria do Governo de MT com o Senai-MT com a meta de capacitar mais de 50 mil profissionais em diferentes áreas, disponível nos 141 municípios atendendo a capacidade e a necessidade de cada região; a entrega das 40 mil unidades habitacionais projetadas por mim por meio do SER Família Habitação. No âmbito social considero que esses farão história, além das obras estruturantes, dos novos hospitais que serão entregues, nosso povo nos próximos três anos irá ampliar ainda mais as perspectivas. Temos muito ainda a fazer e projetos para sair do papel. Vamos trabalhar com muita energia para que todos sejam executados.

CO Popular - Atualmente, a senhora tem uma presença marcante nas mídias sociais. É realmente preciso estar nas redes sociais hoje em dia para ser relevante? Virginia Mendes - Não. O que torna uma pessoa relevante é o que ela representa enquanto cidadão ou cidadã, e na política o que realmente importa é a ética, o caráter, Deus no coração e amar ao próximo, resumindo é preciso fazer o que é certo. Mas para mim as mídias sociais são um elo de comunicação, é a maneira que eu encontro para falar com as pessoas, demonstrar meus sentimentos, divulgar o trabalho voluntário que desenvolvo junto a minha equipe Unaf com o apoio do Governo de MT por meio da Setasc, e de verdade me sinto próxima das pessoas. O período mais difícil da minha vida foram as situações que enfrentei lutando pela minha vida, e lá nas minhas mídias eu recebia tantas mensagens de carinho, as orações e sempre gostei muito das plataformas digitais. De coração agradeço a todas as pessoas pelo carinho, os presentes que recebo, todos os seguidores são muito especiais, que Deus abençoe a todos.

LOGÍSTICA E TRANSPORTES

Obras contratadas pela Nova Rota do Oeste para duplicar a BR-163 já somam R\$1,1 bilhão

Desde que o Governo do Estado assumiu a concessão da rodovia, os investimentos cresceram mais de oito vezes em relação ao que era aplicado anualmente pela iniciativa privada

■ | Da Redação

A Nova Rota do Oeste já contratou R\$ 1,1 bilhão em obras de infraestrutura a serem executadas no trecho sob concessão da BR-163/MT. Este valor supera em oito vezes que o que era investido por ano quando a rodovia estava sob controle da iniciativa privada.

Sob gestão da MT Par, em apenas 150 dias, os investimentos na infraestrutura da BR-163/364 e rodovia dos Imigrantes (BR-070) se multiplicaram exponencialmente.

Atualmente, os contratos abrangem a duplicação, manutenção e recuperação dos 850,9 quilômetros da BR-163, construção de bases definitivas de atendimento ao usuário (SAUs), reestruturação do segmento que anteriormente estava sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) e implementação e fortalecimento do sistema de tecnologia da informação.

De acordo com o diretor presidente da Nova Rota, Luciano Uchoa, os valores são referentes a novos contratos para atender a



Ao assumir o controle da concessão da BR-163, o Governo de Mato Grosso acelerou o processo de duplicação, como no trecho entre Posto Gil, em Diamantino, e Nova Mutum

infraestrutura, além dos já existentes para manutenção dos serviços habituais, como conservação e sinalização. Todos os investimentos são acompanhados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), ente fiscalizador do contrato de concessão.

Os novos investimentos tiveram início de forma imediata com a assinatura, pelo governador Mauro Mendes, de cinco ordens de serviços – de R\$ 202,5 milhões - para recuperação do pavimento do trecho sob concessão de Cuiabá (BR-070, rodovia dos Imigrantes) a Sinop (BR-163), passando pelo segmento de sobreposição da BR-364, de Várzea Grande a Rosário Oeste.

Na sequência, foi firmado o contrato de R\$ 618 milhões para a retomada da duplicação. Esta primeira etapa de obras de ampli-

ação de capacidade contempla a construção de 86 quilômetros da BR-163 de pista nova, de Posto Gil a Nova Mutum, recuperação da via antiga, construção de pontes e obras de arte.

Com a troca de controle da Concessionária, a Nova Rota do Oeste também assumiu a manutenção do trecho da BR-364, de Rondonópolis a Cuiabá, iniciando um trabalho de recuperação emergencial no segmento mais crítico e ainda a reconstrução estrutural da drenagem do pavimento entre Jaciara e Rondonópolis (R\$ 30 milhões).

Também foram firmados contratos para recuperação de 130 quilômetros da BR-163, no sul de Mato Grosso, entre Itiquira e Rondonópolis, somando quase R\$ 200 milhões



Conhecida como "Rodovia da Morte" devido ao grande número de acidentes graves que registra, a BR-163 é a principal via de escoamento das megasafras agrícolas de Mato Grosso

entre mão de obra e materiais; mais R\$ 13 milhões para construção de três bases SAU, em Juscimeira, Jaciara e Santo Antônio de Leverger; R\$ 16 milhões para iniciar a construção e instalação de quatro passarelas; além de mais de R\$ 30 milhões na constatação de serviços voltados a tecnologia da informação com a implantação de fibra ótica e câmeras entre Lucas do Rio Verde e Sinop e investimento em seis painéis de mensagem variável de última geração.

O presidente do Conselho de Administração da Nova Rota, Cidinho Santos, destaca que além de todos os serviços já firmados, a Concessionária trabalha na finalização dos projetos e processos licitatórios para lançar no mercado ainda em 2023 a contratação de empresas para execução de obras em Sinop; duplicação de Nova Mutum a Lucas do Rio Verde; e rodovia dos Imigrantes (BR-070). "Ainda há um volume grande de contratos que devem ser firmados em 2023, para iniciar os trabalhos já no período seco de 2024".

INCLUSÃO É DECISÃO

Educação inclusiva é pauta de audiência pública realizada pela vereadora Maysa Leão

População, ministério público, defensoria, SEDUC, e associações estiveram presentes no parlamento para apresentar as suas reivindicações e formalizar encaminhamentos em prol da condição de acesso escolar

■ | Da Redação

A vereadora Maysa Leão (Republicanos) organizou uma audiência pública sobre educação inclusiva, com o intuito de debater, ouvir reivindicações do município e realizar encaminhamento sobre o tema. Munícipes, sociedades civis e representantes dos poderes públicos estiveram presentes na reunião.

"É muito importante trazer os entes envolvidos da educação especial, para construir uma educação que seja digna, verdadeiramente inclusiva e que possa contemplar os anseios da comunidade, para que tenhamos um cronograma de adaptação para as melhorias que são necessárias" afirmou a vereadora Maysa. Segundo a parlamentar, essa discussão no seu mandato não é de hoje, e que a intenção dessa audiência é para que possam ser realizados encaminhamentos formais para que



Maysa Leão (Republicanos) organizou uma audiência pública sobre educação inclusiva, com o intuito de debater, ouvir reivindicações do município e realizar encaminhamento sobre o tema

o ano de 2024 seja mais inclusivo na cidade, fato não apresentado pela gestão da pasta.

Para Edson Furquim, pai de autista e líder comunitário, uma das principais necessidades para os alunos com deficiência, é a capacitação dos cuidadores de alunos com deficiência (CAD), que so-

frem com a precarização do seu trabalho. Na audiência, foi evidenciado que um profissional CAD recebe atualmente o valor de R\$1.000,00 (mil reais bruto), sendo que a empresa responsável pela contratação recebe 4x mais este valor, o que resulta em baixo rendimento destes profissionais.

Leidyane Rodrigues, mãe atípica, esteve na tribuna para relatar o drama vivenciado por ela. Leidy relatou a luta que vivencia para conseguir acesso a livros didáticos a sua filha com deficiência visual. Para que sua filha não fique sem aprender, a mãe tem preparado o material didático da sua filha, transcrevendo o material oferecido pela rede de ensino.

Outra mãe que esteve presente foi Vivianna Mendes que denunciou no parlamento a ausência de CAD para seu filho de 11 anos. "O que vai ser do meu filho, se não tem inclusão?", segundo Vivianna, seu filho sofre constantemente preconceito no âmbito escolar.

Encaminhamentos

Dentre as resoluções, está a luta por concurso, plano de carreira e qualificação para os cuidadores de alunos com deficiência (CAD), a revogação do decreto que proíbe a entrada dos pais na escola, cuidados com a restrição alimentar dos alunos que necessitam a disponibilização da sala multifuncional em todas as unidades, e a existência de um fluxograma da transição do ensino fundamental para a rede estadual, procedimento ainda inexistente.

Estiveram presentes no dispositivo o vereador Demilson Nogueira (Progressistas), a Dr^a Cleide Regina Ribeiro Nascimento, defensora pública; Dr^o Miguel Shlessarenko, promotor de justiça da educação; Dr^o Daniele Rocha, mãe atípica e promotora de justiça da Infância e juventude; Dr^o Olzair Figueiredo Carrijo, defensora pública, Helena Glaziela, mãe atípica e presidente da Associação dos Amigos dos Autistas, Neuro Diversos e Pessoas com Doenças Raras (Amand); Dr^a Mayara Cintra, mãe atípica e advogada e o Dr^o José Samuel Sampaio, pai atípico e advogado.

A gestão da pasta municipal de educação foi convidada antecipadamente, mas não se fez presente, nem enviou representante. Para a vereadora Maysa Leão, que se indignou pela falta de comprometimento do executivo, a luta pela educação inclusiva será juntamente com a justiça, através da Defensoria Pública, do Ministério Público e das mães, que nunca vão desistir de lutar pelos seus filhos.

PEDIDO NEGADO

STJ nega pedido do MPMT e mantém Emanuel Pinheiro no cargo de prefeito de Cuiabá

Procuradores do Ministério Público estadual tentavam derrubar decisão anterior do mesmo Tribunal que havia reformado medida do TJMT que determinava o afastamento do prefeito das suas funções

■ | Da Redação

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, por 9 votos a 4, que o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) deve permanecer no exercício do seu mandato. A medida foi tomada no julgamento do pedido do Ministério Público de Mato Grosso (MPMT) para derrubar a decisão do mesmo STJ que permitiu ao prefeito cuiabano a permanecer no cargo ao reformar mandado do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), expedido em outubro de 2021, em que determinava o afastamento do gestor de suas funções.



O prefeito Emanuel Pinheiro obteve mais uma importante vitória no STJ na longa batalha judicial que trava contra adversários políticos que o querem afastar da gestão do município

O gestor tinha sido afastado do cargo no âmbito das investigações que originaram a Operação Capistrum. O STJ, no entanto, anulou a decisão de segunda instância e autorizou Pinheiro a retomar o cargo. Agora, o MPMT tentava reverter a decisão, mas durante a sessão realizada na quarta-feira, 18 de outubro, o pedido foi negado.

As investigações da Operação Capistrum apontaram contratações irregulares de servidores temporários e pagamento de benefícios em troca de apoio político. À época, Emanuel chegou a ficar 37 dias afastado do cargo. O prefeito foi acusado de integrar o esquema que causou prejuízo de R\$ 16 milhões aos cofres públicos.

Na denúncia, os procuradores do MPMT afirmam que o prefeito adotou como opção de gestão a contratação de servidores temporários na Secretaria de Saúde de Cuiabá, em detrimento da realização de concurso público e/ou processo seletivo simplificado, tendo em vista que essa circunstância permitiria que fossem contratadas pela administração pública municipal pessoas indicadas por vereadores, os quais, em troca, concederiam amplo e irrestrito apoio político ao gestor.

Naquela ocasião, foram alvos da operação o então chefe de gabinete de Emanuel, Antônio Monreal Neto, Ivone de Souza, então secretária-adjunta de Governo e Assuntos Estratégicos, Ricardo Aparecido Ribeiro, ex-coordenador de Gestão de Pessoas da Secretaria de Saúde, além de Emanuel e a primeira-dama, Márcia Pinheiro (PV).

A ação segue em tramitação no TJMT e, conforme a defesa do prefeito, não existiriam provas para as acusações elencadas pelo MPMT. Pinheiro chegou a afirmar que toda a operação seria resultado de uma ação política orquestrada para atrapalhar sua administração e fruto de um lawfare movido contra ele pelo governador Mauro Mendes e seu grupo.

Na sessão da sessão da Corte Especial do STJ, votaram contra o pedido do MPMT o ministro Humberto Martins, relator do processo, que foi acompanhado pelos ministros Laurita Vaz, Mauro Campbell, Ricardo Villas Bôas, Antônio Carlos Ferreira, Benedito Gonçalves, Luís Felipe Salomão, João Otávio e Raul Araújo. Pelo afastamento de Pinheiro votaram a ministra Maria Thereza seguida por Isabel Gallotti, Nancy Andriighi e Sérgio Kukina.

FOCO NO LEGISLATIVO

Presidente do PSB diz que eleger bancada forte de vereadores em Cuiabá é prioridade

Segundo o deputado Max Russi, nesse momento, não há preocupação do partido com candidatura própria à prefeitura da capital

■ | Da Redação

O PSB não vê como uma prioridade a eleição de um prefeito da legenda em Cuiabá nas próximas eleições. O presidente regional do partido, deputado estadual Max Russi, revelou à jornalistas na semana passada que o foco nas eleições de 2024 será o fortalecimento da sigla socialista no Legislativo Municipal cuiabano.

Segundo Russi, o PSB está articulando suas bases e poderá buscar alianças para viabilizar a eleição de pelo menos quatro vereadores para a legislatura 2025/2028 na Câmara Municipal cuiabana. Atualmente, o partido conta com apenas dois vereadores na capital, sendo o Sargento Joelson e Dídimo Vovô.

“Nosso objetivo é formar uma bancada forte na Câmara Municipal de Cuiabá e contribuir para o desenvolvimento da cidade. Para a prefeitura já existem nomes fortes definidos. Para o PSB, é mais importante que nossa representação no Legislativo seja assegurada e ampliada”, explicou o deputado.

Na avaliação de Max Russi, a disputa pela prefeitura cuiabana já dispõe de nomes praticamente consolidados e seria desperdício de energia e recursos do PSB lançar alguma candidatura no atual cenário. Entre os nomes que pleiteiam a sucessão do prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) figuram os do deputado estadual Eduardo Botelho (UB) – com grande possibilidade de migrar para outra legenda nos próximos dias –, do depu-



Deputado Max Russi, presidente regional do PSB em Mato Grosso: foco do partido é articular uma chapa de candidatos que possa garantir a eleição de pelo menos quatro vereadores na capital

tado federal Abílio Brunini (PL), do vice-prefeito da capital, José Roberto Stopa (PV), o do secretário chefe da Casa Civil, Fábio Garcia (UB) que conta com o apoio declarado do governador Mauro Mendes.

Diferente de outros municípios do interior como em Rondonópolis, Várzea Grande, Cáceres e Jaciara, por exemplo, onde o PSB terá candidaturas majoritárias e encabeçará alianças, em Cuiabá a estratégia do partido tem no Legislativo Municipal seu foco. O deputado socialista afirma que não há, no curto e médio prazo, qualquer perspectiva do PSB entrar no jogo com um candidato majoritário na capital mato-grossense.

“Nós já temos nosso projeto para Cuiabá centrado na Câmara de Vereadores. Claro que mudanças de rumo podem ocorrer nos próximos meses, pois a política é muito dinâmica e os cenários mudam de forma natural com a evolução dos aconte-

cimentos, dos movimentos e negociações partidárias. Mas, a decisão de agora é que não teremos mesmo candidato majoritário na capital. Vamos investir na chapa de vereadores. Aplicamos essa estratégia na eleição passada para a Assembleia e conseguimos dobrar nossa representação na casa. Então, vamos seguir esse caminho”, argumentou o dirigente.

Conforme Max Russi, nenhuma das lideranças do PSB em Cuiabá se mostrou disposta a pleitear a vaga de candidato a prefeito. “Como ninguém do PSB cuiabano está com motivação para colocar seu nome para candidato a prefeito na próxima eleição, vamos trabalhar o projeto que é viável, que cabe dentro do partido, que são as candidaturas proporcionais à vereadores. Vamos buscar uma composição com outros partidos na majoritária, claro, mas isso é uma coisa para se discutir no ano que vem”, concluiu o deputado.

FERROVIAS

Deputados aprovam em segunda votação PLC que regulamenta o sistema ferroviário no estado

A matéria foi aprovada com 16 votos favoráveis durante sessão ordinária na quarta-feira (18)



Projeto aprovado pela ALMT permite que Governo do Estado decrete como de utilidade pública e desapropriar áreas particulares no traçado de ferrovias concedidas

■ | Da Redação

Os deputados estaduais de Mato Grosso aprovaram, em segunda votação, durante sessão ordinária nesta quarta-feira (18), o Projeto de Lei Complementar 41/2021, Mensagem 137/2021, do Governo do Estado, que acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 685, de 25 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre o Sistema Ferroviário do Estado (SFE-MT) e sobre os regimes de exploração dos serviços de transporte ferroviário de cargas e de passageiros.

O PLC 41/2021, que foi aprovado com 16 votos favoráveis nos termos do Substitutivo Integral nº 5, prejudicando os substitutivos integrais 01, 02, 03 e 04, bem como as emendas 01 e 02, segue agora para votação em Redação Final.

Em seu artigo 1º, o PLC acrescenta o parágrafo único ao artigo 7º da Lei Complementar nº 685, de 25 de fevereiro de 2021, com a seguinte redação: “competem ao chefe do Poder Executivo, por ato próprio ou por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, declarar de utilidade pública, para fins de desapropriação ou de servidão administrativa, os bens e propriedades necessários à im-

plantação de infraestruturas ferroviárias no âmbito das outorgas estabelecidas nesta lei”.

Conforme o governo, a proposta visa garantir segurança jurídica ao regime de implantação e exploração de ferrovias no âmbito do estado de Mato Grosso. O governo cita que, para o desenvolvimento do transporte ferroviário de cargas ou de passageiros, associado à gestão da infraestrutura por operadora ferroviária, será necessária a realização de desapropriações e servidões administrativas, precedidas de declaração de utilidade pública.

Ainda de acordo com o governo, “a proposta normativa atende a recomendação da Procuradoria-Geral do Estado (PGE-MT) que, de modo a garantir segurança jurídica nas autorizações a agentes privados na exploração de serviço público, sugere o encaminhamento de projeto de lei que declare o transporte ferroviário desenvolvido no âmbito do sistema ferroviário estadual como de utilidade pública, atribuindo-se a competência para a declaração de utilidade pública, em cada caso concreto, a determinado órgão da administração pública”.



A AMIZADE É UM MEIO DE NOS ISOLARMOS DA HUMANIDADE CULTIVANDO ALGUMAS PESSOAS. CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

FOI REALIZADA A 3ª APRESENTAÇÃO DO ESPETÁCULO REINO ENCANTADO DAS SIMININAS. DEIXAMOS OS PARABÉNS PARA O PREFEITO EMANUEL PINHEIRO E PARA PRIMEIRA-DAMA MÁRCIA PINHEIRO PELO PROGRAMA SIMININA. TODO SEU TRABALHO E EMPENHO É VISÍVEL E ESSE ESPETÁCULO É SÓ UM PEDACINHO DO TRABALHO REALIZADO PELA PRIMEIRA-DAMA DA CAPITAL



OPERAÇÃO CARTÃO POSTAL

Esquema desviou mais de R\$ 87 milhões da saúde em Sinop

Investigações da DECOR e do NIPO desbaratou grupo que teria fraudado licitações e serviços na Secretaria de Saúde de Sinop

Da Redação

O ex-secretário de Saúde da capital, Celio Rodrigues da Silva e seu sócio, Hugo Castilho, foram indiciados como “cabeças” de um esquema de desvios e fraudes na gestão terceirizada do Sistema Municipal de Saúde de Sinop (499 km de Cuiabá). Os dois foram os alvos principais da “Operação Cartão Postal”. A operação, executada pela Delegacia Especializada de Combate à Corrupção (Decor), cumpriu na quinta-feira, 19, mais de 30 mandados judiciais de busca, apreensão, bloqueio de bens e prisões preventivas. Célio Rodrigues, Hugo Castilho e o procurador do município Ivan Schneider, além de outros três pessoas, tiveram suas prisões preventivas decretadas pela Justiça.

O esquema acontecia dentro do Instituto de Gestão de Políticas Públicas (IGPP), uma organização de direito privado, contratada pela Prefeitura de Sinop, para administrar a rede pública de saúde no município. Conforme apurou as investigações da polícia, a organização criminosa envolvia 34 pessoas suspeitas de operacionalizar as “fraudes na prestação do serviço de saúde para auferir lucro e realizar diversos repasses financeiros aos líderes do esquema”.

Os mandados de buscas e apreensão expedidos pelo Núcleo de Inquéritos Policiais (Nipo) foram cumpridos nas cidades de Sinop, Cuiabá, Várzea Grande, São Paulo, Praia Grande e São Vicente (SP). Tanto pessoas físicas quanto jurídicas envolvidas no esquema tiveram suas contas bancárias bloqueadas por decisão da Justiça.



Reincidente em fraudes: o ex-secretário de saúde de Cuiabá, Célio Rodrigues da Silva, que já foi preso antes pela PF por esquemas parecidos na Capital, seria um dos “cabeças” da organização criminosa que operava os desvios no IGPP de Sinop segundo apuração da DECOR-MT

Ainda como medida preventiva, a Justiça determinou a suspensão total do exercício da função pública de servidores do município suspeitos de integrarem a organização criminosa, bem como a suspensão de exercício de atividade de natureza econômica de seis empresas. Os nomes de todos os afastados ainda foram divulgados. O que se sabe é que 13 pessoas foram alvo de medidas cautelares diversas da prisão, como a proibição de acessar as dependências administrativas da Saúde do Município de Sinop e proibição de manutenção de contato com os demais investigados.

Também foi determinado sequestro de bens móveis de 21 investigados e o sequestro de bens imóveis de outros oito “a fim de recompor os cofres públicos no montante de R\$ 87,4 milhões

que é o valor global de três contratos celebrados entre Sinop e a organização social que gerencia a Saúde” de Sinop, informa a Polícia Civil.

Para evitar o colapso no sistema de atenção à saúde da população na cidade, a Justiça determinou ao prefeito Roberto Dorner que reassuma de forma imediata a administração direta da Secretaria Municipal de Saúde. Também determinou que o município utilize provisoriamente toda a estrutura do Instituto de Gestão de Políticas Públicas e que, em 10 dias, se manifeste sobre a rescisão contratual com a organização social, bem como apresente um relatório detalhado sobre todas as irregularidades eventualmente praticadas pelos dirigentes do IGPP.



Prefeito Roberto Dorner, de Sinop: esquema de fraudes na administração terceirizada da saúde na cidade pode levar a Polícia Federal a investigar o gestor caso recursos federais tenham sido desviados

A justiça decidiu ainda que a prefeitura deve utilizar os R\$ 1,7 milhão que depositados pelo IGPP como garantia do contrato no custeio da saúde do município durante o período de ocupação temporária e ordenou a suspensão de todos os pagamentos já previstos ou empenhados para a organização social.

As investigações sobre o esquema começaram a seis meses. Nesse período, os policiais da DECOR realizaram um amplo e minucioso levantamento de dados, a análise documental, pesquisas em bases abertas de dados, confrontaram informações. Também realizaram a identificação de pessoas, veículos e empresas locais.

“Foi constatado nas apurações que a organização social que hoje gerencia a pasta da Saúde de Sinop teria sido especialmente ajustada para assumir a prestação do serviço de forma precarizada, tendo em vista diversas alterações formais que aconteceram em sua composição no mesmo período em que disputava a dispensa de licitação para assumir tais atividades, entre maio e junho de 2022. Essa organização social voltou a vencer dispensas de licitação ocorridas entre outubro e novembro do ano passado e entre abril e maio de 2023, de modo que continua a atuar na cidade até hoje”, informou um dos delegados responsáveis pelo caso.

INJUSTIFICÁVEL

Presidente da Câmara Municipal de Várzea Grande ignora procuradoria da casa e gasta R\$ 540 mil sem licitação

A decisão do vereador Pedro Tolares, o “Pedrinho”, causa estranheza. Ele justifica os gastos dizendo que precisa de advogados para defender a Câmara no Tribunal de Contas

Da Redação

A empresa Evelyn Helena Babinski Dias de Souza Rodrigues Sociedade Individual de Advocacia foi contratada sem licitação pela presidência da Câmara Municipal de Várzea Grande. O valor do contrato é de R\$ 540 mil, ou seja R\$ 45 mil por mês durante o período de 12 meses.

A decisão do presidente do Legislativo várzea-grandense, Pedro Paulo Tolares (União Brasil), chamou a atenção pelo fato da Câmara Municipal já possuir uma Procuradoria composta por um advogado e duas auxiliares. Uma das funções da Procurado-



O presidente da Câmara de Várzea Grande, Pedro Paulo Tolares (UB), mesmo sem emergência e ou demandas urgentes, dispensou a realização de licitação para gastar mais de meio milhão de reais com advogados privados

ria é exatamente a de fazer a defesa dos interesses jurídicos do parlamento local.

O procurador da Câmara de Várzea Grande é o advogado Robson Mendonça que, até onde consta, vem conseguindo conduzir com presteza e competência as suas funções. Também não se tem notícia de que haja alguma sobrecarga de demandas à procuradoria e nem da existência de ações complexas

contra ou movidas pelo Parlamento Municipal daquele município em curso junto à órgãos do Judiciário que exigiriam um reforço imediato na equipe de assessores jurídicos externos.

Diante da repercussão negativa da medida e do alto valor dos gastos previstos na contratação, especialmente pelo fato de se ter lançado mão do recurso da dispensa de licitações – só aplicáveis em casos de emer-

gência -, Pedro Tolares fez distribuir à imprensa uma nota pública em que tenta justificar a contratação. Veja a íntegra da nota:

“A Câmara Municipal de Várzea Grande esclarece que a homologação do contrato de prestação de assessoria e consultoria jurídica foi feita para que a empresa atue em defesas técnicas em ações específicas em face do Legislativo no Tribunal de Contas do Estado, com a finalidade de atender as recomendações desse órgão de controle.

A empresa contratada é reconhecida e conceituada para ações específicas pela qual será designada.

A contratação se baseia no artigo 18 do Regimento Interno da Casa de Leis.

Art. 18 - O Presidente é o representante legal da Câmara nas relações externas, cabendo-lhe as funções administrativas e diretivas das atividades internas, competindo-lhe privativamente

II, quanto às atividades administrativas:

e) contratar advogado, mediante autorização do Plenário, para a propositura de ações judiciais e, independentemente de autorização, para defesa nas ações que forem movidas contra a Câmara ou contra ato da Mesa ou Presidência”.

A reportagem do CO Popular apurou que um grupo de cidadãos já está mobilizado e prepara a formalização de uma denúncia junto ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT) e ao Ministério Público Estadual (MPE-MT) visando a abertura de investigação sobre a efetiva legalidade da contratação do escritório da advogada Evelyn Helena Babinski e do processo de dispensa de licitação para a realização desses gastos pelo presidente da Câmara, Pedro Paulo Tolares.

PRÊMIO DE QUALIDADE

Mais de 100 municípios receberam os Mapas Estratégicos em homenagem aos gestores

Ao receberem os Mapas, os gestores que aderiram a proposta e autoridades presentes foram contemplados com o Prêmio Rui Barbosa de Gestão de Qualidade

■ | Da Redação

As políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico de 106 municípios serão norteadas, a partir desta quarta-feira (18), pelos Mapas Estratégicos do Programa de Gerenciamento do Planejamento Estratégico (GPE) do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT). Ao receberem os Mapas, em cerimônia no Auditório Conselheiro Lenine de Campos Póvoas, os gestores que aderiram a proposta e autoridades presentes foram contemplados com o Prêmio Rui Barbosa de Gestão de Qualidade.

“Esta entrega é o resultado de uma virada de chave do TCE-MT. O Tribunal assimilou uma nova visão institucional, de contribuir para que a gestão pública seja reconhecida nacionalmente pela qualidade dos serviços e políticas públicas implementadas. Então, sem abrir mão das atividades de fiscalização, passamos a adotar uma posição de ficar ao lado do gestor e colaborar para que ele acerte e tenha sucesso na sua gestão”, disse o presidente do TCE-MT, conselheiro José Carlos Novelli.

Iniciado pelo presidente em 2022, o GPE conta hoje com 118 municípios adesos, abrangendo 90,5% da população mato-grossense, que é beneficiada com estratégias para a melhoria da saúde, educação, infraestrutura, segurança, economia e assistência social. “Foi esta nova visão institucional que garantiu a adesão de 85% dos municípios mato-grossenses ao GPE. Tenho muito a agradecer a todos os gestores que colaboraram para o TCE cumprir esta sua nova missão institucional”, completou Novelli.

A Medalha Rui Barbosa, acompanhada por um diploma de honra ao mérito, também foi entregue por José Carlos Novelli às autoridades presentes que contribuem efetivamente para a visão estratégica do TCE-MT. Foram contemplados o governador do estado, Mauro Mendes, o presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), Eduardo Botelho, o reitor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Evandro Soares da Silva, o procurador-geral do Ministério Público de Contas (MPC), Alisson Carvalho de Alencar, e o presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios, Neurilan Fraga.

Na ocasião, Mauro Mendes destacou o trabalho do TCE-MT, que vem orientando os gestores sobre a importância do planejamento e da eficiência. “O Tribunal está de parabéns porque fez uma modulação nas suas obrigações constitucionais de fiscalizar contas, indo além, fazendo um trabalho orientativo, de promoção da melhoria da qua-



Na ocasião, Mauro Mendes destacou o trabalho do TCE-MT, que vem orientando os gestores sobre a importância do planejamento e da eficiência

lidade na administração pública. Isso é fundamental porque os serviços que entregamos em todas as áreas dependem da qualidade da gestão pública.”

Já Eduardo Botelho chamou a atenção para o momento de mudanças vivido pelo estado. “O TCE está sendo muito importante nesse processo, porque deixou de ser um órgão que apenas multa, passando a ser participativo, orientando e estando junto aos prefeitos, agindo antes de o erro acontecer. Então parabéns esta Corte, que realmente fez uma virada de chave, trabalhando de forma integrada com todas as instituições.”

O GPE é executado pela Secretaria de Planejamento e Integração e Coordenação (Seplan) UFMT e a AMM. A união entre as instituições assegurou que as especificidades de cada município fossem consideradas nos Mapas e garante, além disso, a formação contínua dos gestores.

Foi o que explicou o reitor da UFMT. “Contribuímos para identificar, nas especificidades de cada município, a capacidade de desenvolverem seus sonhos, e os mapas proporcionarão isso. Agradeço a Novelli, mais uma vez, por essa ação magnífica do Tribunal, em, mais do que observar as contas, ensinar boas práticas. Que se possa cada vez mais gastar o recurso público em mais educação, saúde, segurança e saneamento básico.”

Para Alisson Alencar, o trabalho resolve um dos principais problemas da gestão pública brasileira. “Vivemos em um ciclo difícil, no qual gestores capacitados, com uma boa estrutura de governança, administram apenas apagar os incêndios. Esta entrega é essencial para que os sonhos desses prefeitos se realizem, para que criem metas responsáveis, que contemplem mais de 3 milhões de mato-grossenses que precisam de saúde e educação melhores.”

Os objetivos traçados nos Mapas estão distribuídos localmente em perspectivas como: sociedade, processos internos, aprendizado, crescimento e finanças. Os eixos estabelecidos deverão evoluir continuamente ao longo dos próximos 12 anos. “Entendemos que seria um grande legado que os prefeitos deixariam para as gestões municipais. Muito difí-

cil para um prefeito chegar a uma prefeitura e não ter nada planejado, ter que começar do zero, por isso o projeto é de longo prazo”, afirmou o presidente da AMM, Neurilan Fraga.

Com a entrega, o trabalho chega agora à etapa de monitoramento e avaliação da execução dos planos dos municípios. Muitos deles, conforme destacado durante o evento, já apresentam resultados positivos à população. É o caso de Rondonópolis (217 km de Cuiabá), que, dentre outros, universalizou a educação infantil e a pavimentação asfáltica, segundo contou o prefeito José Carlos do Pátio.

“O Tribunal está orientando para uma política de planejamento e todos os prefeitos estão evoluindo na forma de organizar, sistematizar e atingir seus objetivos. Rondonópolis é um exemplo: temos 100% de rede de esgoto e água tratada, instalamos aterro sanitário, uma usina de reciclagem e implantamos a coleta seletiva”, declarou.

No mesmo sentido, o prefeito de Alto Garças (360 km de Cuiabá), Claudinei Singolano, reforçou a importância de saber investir. “Tivemos agora investimentos em saúde e educação e melhoramos a acessibilidade, então é muito importante saber onde se vai gastar. Hoje, uma das maiores dificuldades entre os municípios é a mão de obra, a contratação de empresas sérias para executar os serviços e vejo que essa aproximação com o Tribunal melhorou também esse processo”, concluiu.

BOM EMPENHO

Com voto popular Emanuelzinho é eleito como o deputado federal mais atuante de Mato Grosso



■ | Da Redação

No final do mês passado, o vice-líder do governo na Câmara, deputado federal Emanuel Pinheiro Neto (MDB-MT), recebeu o prêmio Top Empresarial na categoria dos políticos que mais se destacaram no estado de Mato Grosso, com a presença de mais de 600 pessoas no evento realizado na Fatec/Senai, em Cuiabá.

Através de votação popular online, o parlamentar governista recebeu 28,51% dos votos, ocupando o primeiro lugar entre os deputados federais da bancada do estado mais reconhecido pela população mato-grossense. A pesquisa foi realizada virtualmente entre os dias 13 de julho e 15 de setembro de 2023 e ouviu mais de 5 mil pessoas.

“Tenho procurado atuar em prol das pessoas que mais precisam, e com a graça de Deus, a população está reconhecendo isso, pois estou recebendo o prêmio pelo segundo ano consecutivo. É uma alegria muito grande, porque este troféu confirma que o nosso trabalho tem seguido na direção certa”, declarou Emanuelzinho.

Com votação popular online, Emanuelzinho recebeu 28,51% dos votos, ocupando o primeiro lugar entre os deputados federais da bancada do estado mais reconhecido pela população mato-grossense

Esta é a segunda vez que o congressista mato-grossense ganha o troféu. Na edição passada, ano em que a categoria foi incluída na premiação, o deputado já havia sido escolhido pelo povo por seu esforço enquanto político para o desenvolvimento do estado.

Com o tema “reconhecimento que impulsiona a economia de Mato Grosso”, essa é a 12ª edição do Prêmio Top Empresarial, que já se tornou um evento tradicional no calendário de Cuiabá e Várzea Grande. Idealizada pelo Instituto Mais em parceria com o VGNotícias, a premiação é a maior realizada no estado de Mato Grosso, e tem como objetivo homenagear instituições, empresas, empreendedores e políticos que acreditam em Mato Grosso e contribuem para o desenvolvimento do estado.

NOTA DE RETRATAÇÃO

O Jornal Centro Oeste Popular vem, por meio desta nota, RETRATAR-SE sobre a matéria veiculada no Jornal Impresso e site - <https://www.copopular.com.br/>, na data de 03/04/2023, assumindo não serem verdadeiras as informações e acusações nelas contidas à pessoa do presidente da Câmara Municipal, Vereador Chico 2000.

A matéria veicula informações falsas, sem base jurídica, com o único objetivo de agredir a pessoa do vereador.

No restabelecimento da verdade, o Centro Oeste Popular, vem a público, esclarecer que as ofensas direcionadas ao vereador Chico 2000 tratam-se de calúnias, exclusivamente para ofender a honra do parlamentar, e se desculpa com o mesmo e com os leitores deste veículo.